

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

PEDRO VITOR DELFINO

**EVASÃO NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE PONTA GROSSA**

PONTA GROSSA
2019

PEDRO VITOR DELFINO

**EVASÃO NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE PONTA GROSSA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Estadual de Ponta Grossa, como
requisito parcial de obtenção do grau de licenciado
em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Carina Alves da Silva
Darcoleta

PONTA GROSSA
2019

PEDRO VITOR DELFINO

**EVASÃO NO CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE PONTA GROSSA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora homologada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, como exigência parcial dos requisitos necessários à obtenção de certificação.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Carina Alves da Silva Darcoletto - Orientadora
Doutora em Educação Escolar

Profa. Dra. Priscilla Larocca
Doutora em Educação

Prof. Dr. Regis Clemente da Costa
Doutor em Educação

Dedico este trabalho às mulheres da minha vida, meus fiéis amigos, meus fiéis animais, a todos os envolvidos, inclusive minhas ferramentas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus;

Agradeço à Rosi, fiel companheira; minha mãe; toda minha família, sempre presente em todos os momentos;

Agradeço aos meus verdadeiros amigos, em especial ao meu irmão e compadre, Fabricio;

Agradeço aos professores que “realmente fizeram parte da minha formação e acrescentaram valores”;

Agradeço aos alunos no estágio, experiência fantástica.

*E nos seus olhos era tanto brilho
Que mais que seu filho,
Eu fiquei seu fã.*

RESUMO

O presente trabalho se preocupou em investigar a evasão de alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Realizou-se revisão bibliográfica acerca da Educação Superior no Brasil; o contexto em que está inserida a sociedade capitalista, e seus desdobramentos: a dificuldade da classe trabalhadora em acessar e permanecer na educação superior, seja ela pública ou privada, e a mercantilização da educação; a situação das licenciaturas a nível nacional e, especificamente, na Universidade Estadual de Ponta Grossa. Com isso, a metodologia adotada foi quali-quantitativa e, a partir de relatos de alunas e alunos que deixaram a graduação, analisou-se os dados sobre a temática do trabalho. As respostas indicam o perfil e a motivação das e dos alunos que evadiram do curso. Por fim, procurou-se indicar alternativas e possibilidades que transformem essa realidade, caminhando para a valorização docente e políticas de permanência estudantil nas universidades brasileiras.

Palavras-chave: Evasão; Pedagogia; Educação Superior; Licenciatura.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

QUADRO 1 – 15 Maiores Cursos de Graduação em Licenciaturas em Número de Matrículas.....	29
GRÁFICO 1 – Relação de Cursos de Graduação em Licenciaturas mais procurados em 2017.....	29
QUADRO 2 – Perfil Participantes: gênero e faixa etária.....	32
GRÁFICO 2 – Ingressantes em Licenciatura em Pedagogia UEPG 2010-2016.....	33
GRÁFICO 3 – Graduados em Licenciatura em Pedagogia UEPG 2013 – 2018.....	34
GRÁFICO 4 – Local de Residência de Alunos Evadidos de Licenciatura em Pedagogia UEPG.....	35
GRÁFICO 5 – Renda Total Familiar de Alunos de Licenciatura em Pedagogia da UEPG.....	36
QUADRO 3 – Motivação Participantes: início e interrupção da Licenciatura em Pedagogia na UEPG.....	38
GRÁFICO 6 – Quanto à Pretensão de Retorno ao Curso, de acordo com os pesquisados.....	40

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO SUPERIOR DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL	11
1.1 ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	11
1.2 A EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA E AS DIFICULDADES NA FORMAÇÃO EM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA.....	13
1.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA QUEM?	17
1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	21
CAPÍTULO 2 – CLASSE TRABALHADORA E EDUCAÇÃO SUPERIOR: DIFICULDADE E ABANDONO	24
2.1 EVASÃO NO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL.....	24
2.2 EVASÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA.....	28
CAPÍTULO 3 – EVASÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	31
3.1 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.....	31
3.2 LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA.....	31
3.3 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS	45
APÊNDICE A	48

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso em Pedagogia tem como problemática de investigação a evasão no curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG.

A evasão escolar é um problema que tem aumentado cada vez mais no Brasil, e que tem chamado atenção de gestores das instituições, especialistas da área da educação e governantes. Houve, nos últimos anos, a criação de algumas políticas públicas de incentivo ao acesso ao ensino superior para as pessoas da classe trabalhadora, o que representa um avanço fundamental para diminuição das desigualdades educacionais; porém, não há na mesma proporção suporte para permanência dessa nova camada social nas academias que garanta condições adequadas de estudo, e, por consequência, educação de qualidade.

Durante minha trajetória como acadêmico do curso de Pedagogia, pude acompanhar a evasão de vários colegas de curso, o que me levou a buscar entender os motivos pelos quais, apesar de conseguir ingressar no ensino superior, alguns estudantes não concluem sua formação. Desse modo, a temática dessa pesquisa foca a evasão no Ensino Superior, e tem como questão norteadora, quais os principais motivos que levam os estudantes do curso de Pedagogia a desistirem de sua formação nesta licenciatura.

O objetivo central deste trabalho é: Compreender os motivos que levam os alunos a abandonarem o curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Considerando esse objetivo mais amplo, elencamos os seguintes objetivos específicos: **a)** Discutir o problema da evasão nos cursos superiores de licenciatura no Brasil; **b)** Identificar o perfil do aluno desistente do curso de Pedagogia da UEPG; **c)** Analisar os motivos para desistência do curso, tendo em vista o perfil do aluno.

De modo a atender os objetivos elencados, essa pesquisa se pautou em uma abordagem quali-quantitativa, pois foi aplicado questionário com perguntas abertas aos sujeitos que evadiram do curso de Pedagogia da UEPG, e, a partir dessas respostas, se construiu um debate, dialogando com os dados da evasão no Brasil e principalmente no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Em um primeiro momento realizamos levantamento de pesquisas que tratam da temática da evasão no ensino superior, além de leituras e fichamentos de textos

que tratam sobre a organização da sociedade capitalista, a partir do Materialismo Histórico Dialético. Para levantamento de dados, foi elaborado e aplicado questionário para identificar o perfil dos participantes da pesquisa. O questionário (Apêndice B) pretendeu, além de identificar o perfil dos pesquisados, formular uma questão aberta, de modo a deixar livre para o respondente explicitar os principais motivos que o levaram a desistir do curso.

Buscamos articular as informações obtidas por meio dos questionários aplicados com a teoria fundamentada em Karl Marx, que nos ajuda na compreensão das condições econômicas, sociais e culturais da classe trabalhadora, da qual fazem parte a totalidade dos estudantes participantes dessa pesquisa. Além das contribuições de Marx, autores como Mészáros, Bourdieu, Tonet e Gatti nos ajudam com reflexões seja para compreensão da sociedade, da educação e ou da evasão no ensino superior.

O trabalho está dividido em três capítulos. O 1º capítulo, intitulado “A educação superior da classe trabalhadora no Brasil”, está dividido em três subtópicos, com debate central focado nas dificuldades da classe trabalhadora em se manter dentro de um curso superior no atual cenário da sociedade capitalista brasileira. Já o 2º capítulo, intitulado “Classe trabalhadora e ensino superior: Dificuldades e abandono”, é dividido em dois subtópicos que tratam da situação atual da evasão no ensino superior no Brasil e mais especificamente no curso de Licenciatura em Pedagogia. Por fim, no 3º e último capítulo trazemos os dados colhidos a partir dos questionários aplicados com alunos e ex-alunos do curso superior de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Nesse ponto do trabalho debatemos estes dados e expomos o problema real da evasão dentro dessa universidade. Este capítulo se intitula “Evasão no curso de Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa” e se divide como o 1º em três subtópicos.

Com as leituras, reflexões e informações que a elaboração deste trabalho nos proporcionaram, esperamos compreender quais condições são motivo da evasão no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, e como superar, enquanto estudantes, professores, e instituição, as dificuldades que afastam alunos da Educação Superior.

CAPÍTULO 1 – A EDUCAÇÃO SUPERIOR DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL

1.1 ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CAPITALISTA

Para tratar da temática da evasão na Educação Superior, neste primeiro capítulo, realizamos uma breve discussão de como se organiza a sociedade capitalista, tendo em vista situar nossa problemática de pesquisa na sociedade em que vivemos. Deste modo, se faz necessária a compreensão de como se originou esta forma de organização social.

A sociedade capitalista tem na sua origem a divisão entre duas classes sociais antagônicas, burguesia e proletariado, ou seja, os que são proprietários privados e controladores dos meios de produção (burgueses/capitalistas) e os que apenas produzem, vendendo sua força de trabalho (classe trabalhadora). Resultante da decadência da sociedade feudal, de maneira gradual as formas artesanais de trabalho foram sendo substituídas por uma nova divisão social trabalhista na qual uma seleta parcela de artesãos passa a ter a propriedade das ferramentas e da matéria-prima, e os demais tornam-se assalariados, produzindo através do seu trabalho as mercadorias. Em função dessa divisão um novo mercado de troca acaba sendo instituído

Foi a partir disso que a população camponesa e artesã viu-se obrigada a se submeter às condições impostas pelo capital: sem a mediação do dinheiro, não é possível subsistir. E, para obter dinheiro, é preciso vender alguma coisa, pois o dinheiro circula somente na esfera das trocas, quando é aplicado na produção perde sua condição de “dinheiro” e se transforma em capital (GOES; PEREIRA; 2016, p. 1).

Dessa forma, o dinheiro passa a ser o mediador no mercado de trocas, com dinheiro podemos comprar o que quiser. Vendemos algum objeto, com o dinheiro da venda compramos qualquer outro objeto. A questão dentro da lógica mercantil capitalista passa a ser como os que não detêm dinheiro, meios de produção nem objetos/produtos sobrevivem?

Mas o que resta para vender às pessoas que foram despojadas de tudo? Uma parte de si mesmas. É este “si mesmas” que se parte e se reparte. Em decorrência disso surge o caráter universal do mercado. Mercado que não nasce da natureza humana pelo exercício de uma espécie de racionalidade econômica inerente a esta natureza. O mercado é resultado de um ato político de extrema violência, fruto da decisão de alguns de mudar o regime

de propriedade. É do ato que se funda uma estrutura, a estrutura que se chama capital (GOES; PEREIRA; 2016, p. 2)

Toda essa lógica mercantil passa a gerar ainda mais desigualdade entre as novas classes sociais, pois é por meio das relações de produção, da divisão social do trabalho, que se estabelecem as relações sociais. A estrutura organizada pelo homem para produzir e distribuir os bens necessários para sobreviver na sociedade capitalista gera ainda mais o aumento das desigualdades sociais, pois é pela posição que ocupam nessa estrutura que as classes se diferenciam, sobretudo pelo fato de uma classe possuir os meios de produção (burguesia) e a outra ser detentora apenas da força de trabalho (classe trabalhadora). Considerando que a produção acontece a partir da exploração do homem pelo homem, a distribuição e o consumo dos bens serão sempre desiguais.

É sob a ótica capitalista, ou seja, para suprir os interesses da burguesia que se organiza a produção dos bens, produção essa focada na acumulação do capital. A acumulação do capital é gerada a partir da exploração dos trabalhadores, os quais necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver. O objetivo do capitalista é acumular cada vez mais capital. E quanto mais o capital é acumulado na mão de poucos, mais os trabalhadores precisam vender a sua força de trabalho por valores cada vez menores, aumentando cada vez mais as desigualdades sociais.

O homem trabalhador, como qualquer outra coisa, tornou-se mercadoria, objeto de lucro ao capitalista, “O trabalho não produz apenas mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria. (MARX, 2004: 60)”, esta coisificação do homem se internalizou no próprio homem que não se limita a vender sua força de trabalho.

Além disso, o desejo de vencer tornou-se uma necessidade compulsiva que escraviza o indivíduo, levando-o a trabalhar sempre mais. O sucesso é uma espécie de tirano que deixa sempre as pessoas com a sensação de débito consigo mesmo e, assim considerando, pode-se afirmar que o capital avançou na captura dos elementos mais subjetivos do ser humano (BESSA, 1979, p. 3).

Desde então, o sistema capitalista se tornou global, e suas atrocidades têm valores irreversíveis a toda a sociedade, atingindo principalmente a classe trabalhadora (o proletariado):

O desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, corresponde, na mesma proporção, ao desenvolvimento do proletariado, da classe dos operários modernos que só sobrevivem à medida que encontram trabalho, e só encontram trabalho, à medida que seu trabalho aumenta o capital. Esses

operários, compelidos a venderem-se a retalho, são uma mercadoria como qualquer outro artigo do comércio e, portando, estão igualmente sujeitos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as flutuações do mercado (MARX; ENGELS, 2015, p. 34).

Esses breves apontamentos que fizemos acerca da forma de organização social capitalista são importantes na medida em que possibilitam entender que as desigualdades entre as classes sociais não são naturais, assim como as oportunidades individuais estão relacionadas à condição de classe.

As nossas reflexões têm como prioridade o âmbito da educação, e a partir da educação a busca por contribuir para a transformação social e emancipação humana, o que só é possível com a superação da lógica capitalista. Nesse aspecto, Mészáros aponta que

O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana. A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se daqueles estigmatizados da sociedade capitalista: 'fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar transmitir um quadro de valores que legitimam os interesses dominantes'. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento de emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema (MÉSZÁROS, 2008, p. 13).

Na subseção seguinte discutiremos a educação enquanto mercadoria e os problemas e desafios na formação do curso de Licenciatura em Pedagogia.

1.2 A EDUCAÇÃO COMO MERCADORIA E AS DIFICULDADES NA FORMAÇÃO EM LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

A partir do excerto de Mészáros (2005) trazido no final da seção anterior, é importante discutir que a educação, nesta sociedade, também se torna mercadoria. Essa reflexão nos ajuda a compreender que o acesso à educação nesta sociedade acaba tendo um valor de troca¹ maior que seu, ou seja, passou-se a monetizar um direito universal social, dividindo mais uma vez a sociedade, privilegiando a classe

Comentado [Cliente1]: Explicar, em nota de rodapé, o que é valor de troca, pois se trata de um conceito

¹ A forma do valor ou valor de troca: as mercadorias vem ao mundo na forma de valores de uso ou corpos-mercadorias, como ferro, linho, trigo, etc. Essa é sua forma natural originária. Porém, elas só são mercadorias porque são algo duplo: objetos úteis e, ao mesmo tempo, suportes de valor. Por isso, elas só aparecem como mercadorias, ou só possuem a forma de mercadorias, na medida em que possuem essa dupla forma: a forma natural e a forma de valor (MARX, 2017, p. 124).

com maior poder aquisitivo e segregando as classes menos abastadas economicamente.

No reino do capital, a educação é, ela mesma, uma mercadoria. Daí a crise do sistema público de ensino, pressionado pelas demandas do capital e pelo esmagamento dos cortes de recursos dos orçamentos públicos. Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que “tudo se vende, tudo se compra”, “tudo tem preço” do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em shoppings centers, à sua lógica do consumo e do lucro (MÉSZÁROS, 2008, p.16).

Com algumas destas características, a universidade pública brasileira não dá o devido suporte ao acadêmico oriundo da classe trabalhadora, e acaba impossibilitando este indivíduo de se manter em uma instituição de educação superior.

A construção de um contexto social de um indivíduo está diretamente ligada às oportunidades que lhe são apresentadas, principalmente as atreladas ao trabalho e a educação. Contudo, o modelo de sociedade capitalista não permite que todos os indivíduos tenham as mesmas oportunidades para uma educação e um trabalho digno. Elucidando essa lógica capitalista, na qual tudo se transforma em mercadoria, Tonet ainda destaca que:

Quando, então, examinamos o processo histórico, vemos que o surgimento da propriedade privada e das classes sociais produz uma profunda transformação na realidade social. Nela se instaura algo que não existia antes: a exploração e a dominação do homem pelo homem. A partir daí, todas as atividades foram, de algum modo privatizadas, ou seja, estruturadas de modo a servirem à reprodução dos interesses das classes dominantes. Com a educação não podia ser diferente. Tanto na educação informal como na formal, se impõe a hegemonia das classes dominantes. O que não significa que a educação seja uma mera reprodutora dos interesses dessas classes, pois uma sociedade e classes, a educação, assim como todas as outras dimensões sociais, é sempre o resultado da luta entre as classes. Significa apenas, que ela estará sempre sob a hegemonia das classes dominantes (TONNET, 2012, p.54).

Este contexto nos remete a refletir sobre a luta de classes e seus fins: nossos direitos, os quais terão influências diretas sobre a educação, sendo esta com condições igualitárias e dignas, buscando a superação das desigualdades sociais. Nesse sentido está a importância de se pensar a educação da classe trabalhadora como um meio para contribuir para a transformação social. Mézszáros destaca que “Portanto, a nossa tarefa educacional é, simultaneamente, a tarefa de uma transformação social, ampla e emancipadora. Nenhuma das duas pode ser posta a frente uma da outra” (MÉSZÁROS, 2008, p.76).

Comentado [Cliente2]: Como quais???

Vc entra muito bruscamente na universidade pública – precisa fazer alguma conexão entre o que vem falando e essa afirmação que vai fazer agora...

É incoerente pensar em alguma formação no campo das ciências humanas e não debater e colocar em destaque as demandas sociais. Portanto, buscar transformações dentro do contexto educacional é um dos caminhos, porém essa luta se faz morosa pelo modelo capitalista.

Os cursos de licenciaturas das Universidades Públicas no Brasil de forma geral estão destinados a atender à classe trabalhadora, concedendo uma titulação, buscando qualificar essa parcela populacional:

Os trabalhadores não têm de ser educados para a tarefa de participar da estrutura operacional do tempo de trabalho necessário. Eles simplesmente não podem escapar de seus imperativos, uma vez que estes lhes são diretamente *impostos*, com a *absoluzetez* de um “destino social”, correspondente a *subordinação estruturalmente assegurada* na ordem social estabelecida (MÉSZÁROS, 2008, p.99).

No campo das Ciências Humanas, diretamente ligada à formação educacional dos indivíduos, temos o curso de Licenciatura em Pedagogia. Apesar de a proposta do curso se basear na autonomia dentro do ambiente escolar, existem contradições na prática deste processo, em que a alienação começa na formação e acaba terminando no mercado de trabalho, nas condições de trabalho do professor, e condições de formação dos alunos, uma sequência no mínimo questionável.

Entretanto, o curso de Licenciatura em Pedagogia tem um diferencial, o rápido ingresso no mercado de trabalho, e uma demanda muito grande no mercado para estagiários, oferece uma mão de obra muito barata e sem vínculos empregatícios, seja este trabalho na rede pública como na rede privada.

Nesta profissão existem ainda fatores positivos, tais como: a alta dos profissionais qualificados; a atuação em setores produtivos afins à sua formação e as possibilidades de atuação nos níveis superiores de ensino. Sobram vagas para quem deseja dedicar-se ao magistério, as oportunidades de desenvolver um trabalho criativo e a solidez são atrativas, mas mesmo assim, não são preenchidos os quadros de docentes qualificados por todo o país (CASTRO; MALACARNE, 2011, p.7).

No contexto atual, em que o desemprego é um problema sério e real no Brasil, assim como em todas as partes do mundo, pessoas com formação docente se sobressaem pela demanda, porém tal demanda segue padrões neoliberais de exploração da classe trabalhadora.

O capitalista comprou a força de trabalho por seu valor diário. A ele pertenceu seu valor de uso durante uma jornada de trabalho. Ele adquiriu, assim, o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia. Mas o que é uma jornada de trabalho? Em todo caso, menos que um dia natural de vida. Quanto menos? O capitalista tem sua própria concepção sobre essa *ultima thule*, o limite necessário da jornada de trabalho. Como

capitalista, ele é apenas um capital personificado. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem um único impulso de se autovalorizar, de criar mais-valor, de absorver, com sua parte constante, que são meios de produção a maior quantidade possível de mais-trabalho. O capital é trabalho morto, que, como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo ele suga. O tempo durante o qual o trabalhador trabalha é o tempo durante o qual o capitalista consome a força de trabalho que comprou do trabalhador. Se este consome seu tempo disponível para si mesmo, ele furta o capitalista (MARX, 2017, p.307).

A realidade que Marx nos aponta é a realidade sob a qual a classe trabalhadora está submetida. Os estudantes do curso de Pedagogia, no Brasil, são, em sua esmagadora maioria, trabalhadores, que precisam trabalhar pela necessidade de sobreviver. Contudo, observamos no âmbito do próprio curso de formação de professores, que estes não reivindicam seus direitos mais básicos, provavelmente por estarem envolvidos no discurso romantizado ou de conformismo, e alienação que se mostra presente nas salas de aula, fazendo com que o estudante não se perceba enquanto classe trabalhadora, e, portanto, não percebendo o quanto está sendo explorado.

Dentro do desenvolvimento da lógica capitalista a desigualdade é um dos fatores mais evidente. Caminhando ao lado desse cenário desigual a alienação do trabalho foi explodindo em diferentes lugares e de variadas formas. E principalmente nas duas últimas décadas percebemos uma forte entrada dessa proposta de alienação do trabalho também no ambiente escolar.

Novamente, como todos os objetos e relações viram mercadoria dentro do capitalismo, buscando sempre o acúmulo de riquezas e a exploração da mais-valia, a educação não escapou dessa dinâmica. Seja pela mercantilização do conhecimento (proliferação de escolas particulares) ou pela transformação da escola pública em ferramenta de formatação de formação de força de trabalho barata. Captando essa lógica alienadora dentro da educação, percebemos processo similar no trabalho do profissional docente.

O professor, anteriormente encarado como o principal agente no processo ensino-aprendizagem ao lado do educando, vê sua função social reduzida frente à visão mercadológica inserida no ambiente escolar.

A educação sendo incluída na lógica capitalista passa também a seguir as regras de mercado de maior produtividade em cada vez menos tempo. Com isso, o professor ou educador tende a se sujeitar a métodos prontos ou pré-elaborados, que lhe cortou a criatividade e a autonomia. Além desse cerceamento prático, os salários

dentro do magistério também seguem a lógica mercantil capitalista. Com isso, temos muita demanda de professores e salários defasados, desvalorizando o profissional e desqualificando o processo de ensino-aprendizagem:

A posição desvalorizada do magistério no conjunto das profissões, não constitui fenômeno específico do Brasil. Lamentavelmente, os modelos capitalistas de desenvolvimento não privilegiam, via de regra, algumas das essencialidades humanas, entre elas, a da função social do educador. E, quando o fazem, tem primazia à ótica econômica em detrimento de valores e aspirações que também deveriam ser levados em conta (CUNHA, 2009, p. 148).

Entendendo que esta situação das condições de trabalho de um professor já exposta no primeiro ano do curso pode ser uma das responsáveis pela evasão no curso.

No subcapítulo seguinte, destacamos as dificuldades e realidades enfrentadas por quem busca ingressar na Educação Superior pública gratuita no Brasil, mais uma vez dando ênfase à batalha diária travada pela classe trabalhadora.

1.3 EDUCAÇÃO SUPERIOR PARA QUEM?

O acesso à educação superior no Brasil é possibilidade para apenas uma camada da população brasileira. Segundo dados levantados em 2017 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apenas 15,3% da população tem sua formação superior², o que possivelmente está relacionado com as condições socioeconômicas.

De acordo com Gisi (2006), este percentual se remete às seguintes condições: aspectos históricos, condições de classe, de gênero e etnia, que trazem consigo todas as desigualdades vivenciadas não apenas no âmbito educacional. A autora, assim como Oliveira, aponta o surgimento tardio da educação superior no Brasil, em especial das universidades, e um profundo interesse das classes dominantes sobre elas.

Mesmo numa sociedade marcada pela heterogeneidade cultural e pela diferença de classes prevalece a competição livre e aberta entre os desiguais, o que, infelizmente, faz aumentar o gap cultural, historicamente em construção, entre os atores sociais, reforçando a reprodução social. Dessa maneira, a instituição do exame vestibular, eliminatório e classificatório, para o acesso a um número limitado de vagas em cursos de

Comentado [Cliente3]: Quais? apontar

² Grande parte desse acesso não se dá em instituições públicas de educação superior, que têm como característica essencial o tripé ensino, pesquisa e extensão.

graduação é, também, uma estratégia velada de reprodução das elites (OLIVEIRA et. al., 2013, p. 10).

Todo este contexto histórico-cultural e de condições atinge diretamente à classe trabalhadora, que, por sua vez, está exposta a todo este sistema desigual e incoerente, que se reproduz com o passar do tempo.

A raiz do problema se encontra na sociedade que se divide entre aqueles que têm capital econômico, social e cultural e aqueles que não o possuem. Estes últimos, a grande maioria dos jovens, é que deveriam ter a oportunidade de frequentar as melhores escolas e a melhor educação para suprir as defasagens existentes (GISI, 2006, p.13).

Infelizmente esta inversão de condições não existe, e, com toda a fragilidade da educação básica pública, o aluno oriundo desta formação acaba não tendo, na maior parte das vezes, sucesso no ingresso a cursos superiores mais concorridos, e quando consegue uma vaga na universidade pública, acaba tendo infinitas dificuldades na sua permanência.

Em muitos casos, estudantes oriundos da escola pública acabam se submetendo a ingressar em cursos preparatórios para o vestibular, como alternativa de suposto ingresso em instituições públicas.

Com o passar do tempo, os cursinhos preparatórios foram se aprimorando, nas mãos de instituições de ensino privado, que “vendem” por altos preços a entrada na educação superior, sendo possível, tão somente, aos alunos com condições econômicas para tanto. Não só em razão de deficiências da educação básica, mas também pela falta de vagas em universidades públicas, que aumenta a cada ano a concorrência e leva os alunos a necessidade de complementar os estudos em cursinhos dirigidos ao tipo de vestibular existente (GISI, 2006, p.5).

Todas estas situações ainda estão atreladas a um contexto de pressão familiar e busca pela ascensão social. Muitas vezes, dentro da classe trabalhadora, ingressar ou concluir um curso na educação superior é um fato tão valorizado como a aquisição de um bem maior, como por exemplo a compra de uma casa, segundo Oliveira

A conquista de um diploma de curso de nível superior é, ainda, o desejo da grande maioria dos jovens e, em especial, dos seus pais. Os esforços, principalmente, das famílias de classe social menos favorecida, para conquistarem um espaço na sala de aula requer, em geral, dispêndios financeiros elevados, sobretudo se o curso for realizado em IES privada. Quando um jovem de família de baixo poder aquisitivo ingressa em curso de nível superior, parte significativa da renda familiar passa a ser destinada à sua permanência no referido curso. (OLIVEIRA, 2010, p.254)

A situação abordada nesse trecho é realidade para parte significativa das famílias brasileiras, desoladas com a falta de políticas públicas e oportunidades para

ingresso e permanência em instituições públicas de educação superior. Às vezes as famílias acabam se sacrificando, e isso desencadeia outros problemas, que afetam toda a estrutura familiar.

O sistema capitalista, de certa forma, inviabiliza que a classe trabalhadora tenha acesso a determinados cursos que culturalmente têm um maior prestígio social, e as barreiras estão postas aquelas pessoas que não tiveram oportunidade ou não se “encaixam” nos padrões exigidos. Nesse tocante, Oliveira et al. apontam:

Devido à enorme demanda para universidades e outras IES públicas, os cursos se tornam bastante seletivos, sobretudo para aqueles com maior status social e que, em tese, garantem uma maior mobilidade social. Isso faz com que boa parte dos jovens que estudaram somente em escolas públicas e que precisam trabalhar para garantir a subsistência familiar, não consiga ingressar no sistema público de ensino superior, em especial nos cursos que demandam dedicação integral e que, normalmente, são os mais concorridos (OLIVEIRA et. al., 2010, p.255).

Todas estas questões que envolvem o sistema educacional fazem da educação um produto ideológico, uma mercadoria, mantenedora das desigualdades sociais. São poucas as pessoas que têm a oportunidade de estudar por prazer, por crescimento intelectual e conhecimento de mundo, pois as pessoas em sua maioria buscam estudar para ter condições mínimas de subsistência no contexto da sociedade em que vivem.

E a educação enraizada no sistema capitalista, a qual a classe trabalhadora tem acesso, em muitas de suas particularidades submetem os sujeitos a uma dominação econômica, social, cultural e política, e a aceitação da hierarquização, nas palavras de Mézáros:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos 150 anos, serviu—no seu todo—ao propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário a máquina produtiva em expansão do sistema do capital, como também gerar e transmitir um quadro de valores que *legítima* os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhuma alternativa à gestão da sociedade, seja na forma “internalizada” (isto é, pelos indivíduos devidamente “educados” e aceitos) ou através de uma dominação estrutural e uma subordinação hierárquica e implacavelmente imposta. (MÉSZÁROS, 2008 p.35)

Todos estes processos a qual a classe trabalhadora esta submetida fazem parte de articulações do capital para se manter estável e se reproduzir. Assim, a educação acaba se torna peça fundamental na segregação de oportunidades aos mais pobres e acesso ao poder para as elites dominantes, mencionado abaixo por Oliveira:

Historicamente, o sistema educacional brasileiro desempenha a função de fornecer diplomas como forma de garantir conhecimentos, prestígio e poder, no contexto de reprodução da sociedade e de dualização da educação, ou seja, de uma escola para as elites e de uma escola para as camadas menos favorecidas (OLIVEIRA et. al., 2010, p. 255).

Pessoas providas de classes menos favorecidas economicamente, ou seja, a classe trabalhadora, tem menos acesso e oportunidades, e as suas possibilidades de ingresso na educação superior são drasticamente menores, do que as pessoas da classe mais favorecida economicamente, que tem como certo o ingresso nas instituições de ensino superior. Sobre essa questão, Bourdieu assevera:

Ora, vê-se nas oportunidades de acesso ao ensino superior o resultado de uma seleção direta ou indireta que, ao logo da escolaridade, pesa com rigor desigual sobre os sujeitos das diferentes classes sociais. Um jovem da camada superior tem oitenta vezes mais chances de entrar na universidade do que um filho de um salariado agrícola e quarenta vezes mais do que um filho operário, e as suas chances são, ainda, duas vezes superiores àqueles de um jovem de classe média. (BOURDIEU, 2012, p. 41)

Como se fosse algo natural, o acesso e oportunidades destas pessoas acabam passando de geração para geração, isso compõe um vicioso ciclo social, em que temos ainda cursos e profissões de maior *status* social, nessa perspectiva, cursos de licenciaturas, como pedagogia. Estes cursos não são associados a um projeto de ascensão social, já que suas práticas, principalmente no campo das ciências humanas trabalham com transformação social e têm, às desigualdades sociais, uma postura combativa.

Quando uma pessoa oriunda da classe trabalhadora, depois de todo um esforço coletivo e sacrifício, atinge o objetivo de ingressar em uma instituição de educação superior, existem inúmeras expectativas do egresso, ou da sua família que haja uma mudança estrutural na qualidade de vida (OLIVEIRA et al, 2010)

Entretanto a organização social capitalista não permite que todos tenham êxito após o término do processo de formação, e isso acaba acarretando em um mal-estar social, que Bourdieu sinaliza:

É claro que não se pode fazer com que as crianças oriundas das famílias mais desprovidas econômica e culturalmente tenham acesso aos diferentes níveis do sistema escolar e, em particular, aos mais elevados, sem modificar profundamente o valor econômico e simbólico dos diplomas (sem que seja possível evitar que seus detentores corram um risco, ao menos, aparente); mas também é claro que são responsáveis diretos pelo fenômeno de desvalorização- que resulta da multiplicação de diplomas e seus detentores, ou seja recém chegados- que são as primeiras vítimas. Os alunos ou estudantes provenientes das famílias mais desprovidas culturalmente têm todas as chances de obter, ao fim de uma longa escolaridade, muitas vezes com pesados sacrifícios, um diploma desvalorizado; e, se fracassam, o que

Comentado [Cliente4]: desenvolver um pouco mais essa questão

segue sendo seu destino mais provável, são votados a uma exclusão sem dúvida, mais estigmatizam-te e mais total do que era no passado (BOURDIEU, 2012, p.221).

Desta forma podemos esmiuçar um pouco da complexibilidade encontrada pela classe trabalhadora em ingressar na educação superior, permanecer e ter êxito após a sua formação.

O cenário de acesso à educação superior teve mudanças nos últimos anos, pois foram criadas novas políticas públicas de acesso, criações de polos de ensino superiores federais e a expansão de instituições de ensino superior privadas, mas é necessário saber se os estudantes que agora estão conseguindo ingressar na educação superior conseguem permanecer e, quando conseguem, em quais condições.

1.4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACESSO À EDUCAÇÃO SUPERIOR

O acesso das camadas populares à Educação Superior apareceu como emergência na década de 90, quando se insere no quadro das políticas públicas a necessidade de reconstruir a concepção de acesso ao Ensino Superior e ao focalizar os grupos, os recursos e os benefícios, acaba por substituir a política de acesso universal pelo acesso seletivo.

O acesso universal faz com que os serviços sejam considerados direitos sociais e bens públicos. O acesso seletivo permite definir mais limitadamente e discriminar o receptor dos benefícios. [...] As políticas sociais do neoliberalismo, por sua vez, aproximam-se cada vez mais do perfil de políticas compensatórias, isto é, de políticas que supõem, como ambiente prévio e 'dado', um outro projeto de sociedade definido em um campo oposto ao da deliberação coletiva e de planificação. O novo modelo de sociedade é definido pelo universo das trocas, pela mão invisível do mercado (MORAES, 2001, p. 66).

Nesse período teve destaque o crescimento das ações sociais e de caráter público, com fomento à iniciativa privada. Esse quadro mostra a ideia de privatização presente nas políticas públicas neoliberais, que desobriga o Estado de promover o direito à educação, e remete a obrigação às empresas que fariam parceria com as escolas.

Para preencher as vagas ofertadas pelas IES privadas, foi criado o Fundo de Financiamento do Ensino Superior (FIES), em 1999, pelo Governo Federal. O FIES foi concebido com o propósito de ser autossustentado, substituir o Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDOC) e financiar o ensino superior de estudantes sem condições de arcar com os custos de sua formação, que estivessem regularmente matriculados em instituições privadas cadastradas no Programa e

com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC (APRILE; BARONE; 2009, p. 47).

Como aponta o trecho anterior, em 1999, o Ministério da Educação criou o FIES – Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, destinado a financiar a graduação da educação superior de estudantes que não têm condição de pagar os custos da formação no curso almejado. O fundo financia até 100% do valor da mensalidade cobrada pela instituição de ensino.

O aluno, para poder candidatar-se ao FIES, deve estar regularmente matriculado em instituição privada, cadastrada no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC. Mais tarde, não poderiam participar do programa de financiamento, os alunos que tinham bolsas integral ou parcial do ProUni – programa criado em 2004. No entanto, em 2005 foram introduzidas algumas alterações na Lei, com o objetivo de ampliar o número de alunos atendidos pelo Programa. Nesta data, o FIES passou a conceder financiamento também aos estudantes selecionados pelo ProUni, regularmente matriculados em cursos de graduação, para recebimento da bolsa parcial de 50%.

Em 2003, com o início da reforma do Ensino superior e tendo por objetivo democratizar o acesso ao ensino superior, inserir a universidade no desenvolvimento nacional, transformando a universidade pública em referência para a educação superior, o perfil das pessoas que acessam o espaço da Universidade vai se transformando a passos lentos e surgem novas demandas que políticas de financiamento (que fomentam a iniciativa privada) acabam cobrindo.

Em 2004 é criado o ProUni – Programa Universidade para Todos, objetivando o acesso de estudantes carentes ao ensino superior, através da oferta de bolsas de estudos. E, 2005, é implantado o ProUni, mas apenas 13% dos jovens entre 18 e 24 anos estão matriculados em Instituições de Ensino Superior, sendo que a meta do Plano Nacional de Educação de 2001 para o final da década era de 30% da faixa etária de 18 a 24 anos.

Para participar do ProUni existem critérios que norteiam a inscrição para concorrer a bolsa de estudos, sendo eles: ter participado do ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio entre 2002 a 2005; ter cursado o Ensino Médio completo em escola pública; ter cursado o Ensino Médio completo em Instituição Privada com bolsa integral; ser portador de necessidades especiais; ser professor da rede pública de educação básica, no efetivo exercício do magistério, integrando o quadro

Comentado [C5]: Só dois parágrafos abaixo vc fala da criação do PROUni

permanente da instituição, desde que esteja buscando complementar a formação em curso de licenciatura ou de Pedagogia. Nesse último caso, não necessita que a renda *per capita* seja estipulada.

As inscrições para o ProUni acontecem por meio eletrônico e a IES deve oferecer o acesso a internet aos candidatos. Ao aderir ao ProUni, a IEs deve conceder uma bolsa de estudo para cada nove alunos, e deve atender a proporcionalidade em relação aos cursos ofertados, turnos e unidade administrativa.

O PróUni apresenta-se como política focalizada e compensatória, prática privatista e ação afirmativa, ou seja, é destinado a grupos carentes economicamente e com vulnerabilidade social, tentando corrigir as lacunas deixadas pelas políticas universalistas.

O ProUni visto como prática privatista está relacionado a questão dos recursos financeiros que apresenta um mecanismo de financiamento público indireto para os estabelecimentos de ensino superior privados tem sofrido resistências daqueles que lutam por uma retomada dos investimentos na educação superior pública. Sendo assim, os recursos que poderiam ser investidos na universidade pública, muitas vezes preenchem as vagas ociosas do setor privado, fortalecendo assim o mundo globalizado e com fortes determinantes do mercado.

A oferta do ProUni se colocava enquanto ação afirmativa, proporcionando uma alternativa de educação superior àqueles que não tiveram condições de acessar a rede pública, e que não poderiam pagar integralmente uma faculdade privada, contudo, ela não atingiu o objetivo de tratar a todos com igualdade de condições e os egressos da escola pública não são suficientes e não alcançam as metas nacionais.

O que foi possível perceber é que as referidas políticas públicas aqui mencionadas não atingiram os objetivos propostos e o programa se mostra limitado, principalmente em relação a formação de qualidade, o que gera um maior distanciamento entre os diferentes segmentos da sociedade.

CAPÍTULO 2 – CLASSE TRABALHADORA E EDUCAÇÃO SUPERIOR: DIFICULDADES E ABANDONO

2.1 EVASÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

As instituições de educação superior têm uma grande importância social, na formação humana, tecnológica e profissional, abrangendo diversas áreas do conhecimento. Porém muitos alunos ingressos em cursos de níveis superiores acabam não concluindo a graduação.

São diversas as causas da evasão universitária no Brasil. Segundo Baggi e Lopes (2011), “cabe mencionar ainda que o estudo da evasão é um campo vasto e complexo, o qual envolve questões pedagógicas, psicológicas, sociais, políticas, econômicas, administrativas, entre outras (BAGGI; LOPES, 2011, p. 263).

As causas da evasão na educação superior se assemelham com a educação básica. Silva Filho e Araújo (2017), ao abordar a temática da evasão e abandono escolar, justifica a importância dessa discussão, que é motivo de angústia para grande parte dos envolvidos com as instituições de ensino no país. De acordo com o autor, a evasão

É uma das fraquezas do sistema educacional brasileiro e uma questão longe de estar resolvida, pois afeta diversos níveis de ensino em instituições públicas e privadas. Tem sido alvo de políticas educacionais confusas que não se sustentam por muito tempo, e isso se faz sentir na falta de identidade do ensino, que necessita ser posto em discussão para que se busquem meios reais de enfrentamento. Faz-se necessária uma mudança que não seja uma simples adaptação passiva, mas que busque encontrar um lugar próprio de construção de algo novo, permitindo a expansão das potencialidades humanas e a emancipação do coletivo, com olhar em todas as direções e dimensões – histórica, cognitiva, social, afetiva e cultural (SILVA FILHO; ARAÚJO, 2017, p.45).

Desta forma podemos perceber que a evasão acontece durante qualquer um dos ciclos educacionais, e que tal problema envolve inúmeros fatores. Porém, uma das causas da evasão no ensino superior está relacionada à educação básica, no que diz respeito ao nível e qualidade do ensino que algumas instituições de ensino básico não conseguem atingir em termo das expectativas da educação superior, o que leva os alunos a terem maiores dificuldades na aprendizagem e a se desestimularem quanto ao progresso no curso. Conforme nos remete Baggi e Lopes (2011):

Essa desigualdade cultural é sentida desde a educação básica, quando a maioria dos alunos inicia seus estudos em desvantagem a outros, em virtude da ausência de oportunidades que tiveram em relação ao acesso a conhecimentos diversos, desde a mais tenra idade. Reconhecer essas desigualdades deve ser o primeiro passo de uma escola de qualidade, caso contrário, haverá muitos alunos incluídos no sistema escolar, mas poucos irão realmente se apropriar do conhecimento que o processo de ensino e aprendizagem exige. A permanência do aluno na IES, portanto, também depende do suporte pedagógico disponibilizado por esta, no entanto encontramos muitas instituições particulares e públicas despreparadas para estes desafios (BAGGI; LOPES; 2011, p.367).

Tendo em vista as condições socioeconômicas da população brasileira, cabe ao Estado criar políticas públicas que possam suprir as necessidades da educação, que consigam atingir de forma efetiva tanto as condições externas as instituições de ensino, como as atividades internas das instituições. Políticas que viabilizem a permanência do aluno na educação superior. Davok e Bernard (2016) mencionam tal importância, conforme vemos a seguir:

O fator assistência socioeducacional, de ordem econômica, diz respeito à política de permanência e às ações da IES para manter o aluno na universidade, como o oferecimento de bolsas de pesquisa, extensão, monitoria e de apoio discente, visando auxiliar economicamente o aluno (DAVOK; BERNARD, 2016, p.507).

Como destacam os autores Davok e Bernard (2016), um dos principais motivos da evasão é o fator financeiro, pois a falta de recursos para que o aluno consiga se manter nas IES sem que necessite de uma jornada dupla, trabalho e estudo, torna o cotidiano do acadêmico exaustivo, levando-o a um esgotamento físico e psicológico.

As pesquisas evidenciam a importância da intervenção de terceiros na consecução de uma trajetória de longo curso, vivenciada por sujeitos das camadas populares, a importância da assistência institucionalizada a estes estudantes e os prejuízos causados à escolarização pela conciliação de trabalho e estudo, na medida em que o estudante não consegue participar de outras atividades acadêmicas, como palestras e cursos (SOUSA; NUNES, 2015, p. 42449).

Sousa e Nunes (2015) retomam a importância das políticas públicas que possibilitem ao aluno dedicar-se exclusivamente à vida acadêmica, e destaca os prejuízos causados pelas jornadas diárias de um estudante que tem de conciliar trabalho e vida acadêmica.

Outra questão importante, diz respeito às bases financeiras da evasão. De modo geral, as instituições, públicas e privadas, dão como principal razão da evasão a falta de recursos financeiros para o estudante prosseguir nos estudos. É, também, o que o estudante declara quando perguntado sobre a principal razão da evasão (LOBO, 2007, p.643).

Comentado [Cliente6]: Colocar nota de rodapé

Como aponta Lobo, as pesquisas relacionadas à evasão nas IES enfatizam questões relacionadas ao trabalho e às várias jornadas do acadêmico trabalhador. Baggi e Lopes apontam também que, “A necessidade de trabalho também influencia na decisão de abandonar o curso, pois foi observado que a evasão é menor no grupo de estudantes que não trabalham” (BAGGI; LOPES, 2011 p.54).

As influências do trabalho seguem duas linhas na vida acadêmica, uma que faz parte do presente, do seu cotidiano o estudar e trabalhar, e a outra, a visão futura como profissional, sua valorização, carreira e reconhecimento social. Nos cursos de licenciatura, visto a crise que assola a categoria, Baggi e Lopes evidenciam: “Entre os cursos, o maior índice de evasão é registrado naqueles com menor prestígio, incluindo as licenciaturas, justificado pelos baixos retornos sociais e financeiros da carreira” (BAGGI; LOPES; 2011 p. 54).

Nessa linha, o mundo do trabalho, em consequência das mudanças que ocorrem na economia do país e que interferem diretamente na valorização ou desvalorização de algumas profissões, também contribui diretamente na decisão do aluno em mudar de curso (DAVOK; BERNARD; 2016, p.507).

A discussão que vimos realizamos até aqui nos ajuda a refletir sobre as condições impostas pelo capitalismo à classe trabalhadora, e a educação não conseguindo corresponder de forma concreta a estas imposições.

Há uma carência de políticas públicas dentro das próprias IES de suporte aos acadêmicos, projetos que venham combater a evasão. Nas palavras de Bardagi e Hutz (2005):

Ao admitir e incentivar a democratização do ensino superior, as instituições precisam também perceber que tem acesso a ele alunos com diferenças de desempenho no ensino médio, variadas condições socioeconômicas e cujas escolhas podem ter sido influenciadas por fatores diversos, sendo que os cursos precisam levar em conta essa variação e preparados para lidar com ela dentro de suas unidades (BARDAGI; HUTZ; 2005, p.285).

A IES deveria ter acompanhamento especializado a alunos com algum tipo de dificuldade, seja ela psicológica, cognitiva, física, de ordem social e financeira. Porém, esta relação entre as IES e seus alunos não acontece. Conforme Baggi e Lopes,

No caso de IES que recebem alunos oriundos de classes menos favorecidas, elas não só enfrentam a inadimplência dos alunos, como precisam saber lidar com a necessidade de oferecer apoio pedagógico àqueles que apresentem defasagem de conhecimento adquirido, em relação aos outros (BAGGI; LOPES; 2011, p.28).

Na mesma direção, Lobo contribui, ao afirmar que:

Comentado [Cliente7]: Melhorar a redação, para valorizar sua ideia.

Além disso, são raríssimas as IES brasileiras que possuem um programa institucional profissionalizado de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas. (LOBO,2007, p.642).

Estas relações burocráticas com pouco cunho humano e pedagógico dentro das IES acabam contribuindo com a evasão, ao invés de buscar resultados que contribuam para reduzi-la.

Há discussões sobre evasão escolar, como é o caso de Bardagi e Hutz (2005), que defendem que o ingressante antes de escolher seu curso deveria passar por testes vocacionados, buscando se reconhecer, e reconhecer o campo de atuação da área escolhida. Porém, no Brasil, grande parte dos alunos não passa por esta fase, e acaba só descobrindo que não tem afinidades com a graduação escolhida já dentro do curso. Para as autoras,

No contexto brasileiro, no entanto, o aspecto vocacional parece exercer uma influência maior sobre as possibilidades de permanência ou saída do aluno, uma vez que a decisão vocacional é tomada antes da entrada na universidade, o que não acontece em outros países, especialmente na América do Norte. Como o período universitário é um momento privilegiado para a construção da identidade profissional e a percepção de identificação pessoal com a escolha tem se mostrado importante para a satisfação com o curso universitário (Bardagi et al., 2003), parece fundamental integrar as questões do desenvolvimento vocacional ao analisarmos os fatores de permanência ou evasão (BARDAGI; HUTZ; 2005, p. 281).

Todas estas condições que o acadêmico é exposto poderiam ser amenizadas com políticas e projetos de apoio social e direcionamento profissional, na luta contra evasão.

O problema da evasão não é considerado apenas a partir do prisma da formação do estudante, que é interrompida, mas também da demanda de gastos com recursos materiais e de pessoal que as instituições investem e não obtêm retorno. Nesse sentido, Lobo aponta que

No setor público, são recursos públicos investidos sem o devido retorno. No setor privado, é uma importante perda de receitas. Em ambos os casos, a evasão é uma fonte de ociosidade de professores, funcionários, equipamentos e espaço físico (LOBO, 2007, p. 642).

Dentre tantos problemas sociais vinculados à evasão acadêmica e à falta de políticas públicas, as condições familiares fazem parte deste cenário. Davok e Bernard (2016) trazem a família como impulsionadora na tomada de decisões do acadêmico, desde a escolha do curso até sua permanência e ou desistência.

Comentado [Cliente8]: Conferir se é autora

Comentado [Cliente9]: REVER. ONDE É, DE FATO, CITAÇÃO.

Comentado [Cliente10]: Desenvolver ideia

São inúmeras e complexas as causas da evasão acadêmica, em nosso contexto social, porém se as políticas públicas existentes atingissem a população e novas políticas fossem criadas, os casos de evasão poderiam ser ao menos amenizados.

2.2 EVASÃO NO CURSO DE PEDAGOGIA

De forma geral tratamos a evasão no curso superior na seção anterior, agora, abordaremos especificamente a evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia. Os alunos do curso de Licenciatura em Pedagogia, em sua maioria quase absoluta, são oriundos da classe trabalhadora, muitos dividem seu tempo entre o trabalho e a academia. Sousa e Nunes nos remetem a seguinte reflexão:

O perfil dos alunos evadidos está em consonância aos estudos sobre perfil dos estudantes de licenciatura do país, são estudantes provenientes em sua maioria de famílias de camadas populares, com pouco acesso aos níveis mais elevados de ensino e com necessidade de conciliação de trabalho e estudo (SOUSA; NUNES, 2015, p. 42451).

O curso de licenciatura em Pedagogia tem em vista uma ampla área de atuação. Segundo Gatti (2012) “Na graduação em Pedagogia, passa-se a diferenciar formações pelas especialidades (Administração Escolar, Orientação Educacional, Supervisão, etc.)” (GATTI, 2012, p.151). Este diferencial, de certa forma visa o mercado de trabalho, e faz do curso licenciatura em Pedagogia um dos mais procurados e o que menos há evasão.

Na tabela a seguir são apresentados dados do censo da Educação superior, que é realizado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). No quadro 1, pode-se ver que o número de matrículas no curso de Licenciatura em Pedagogia é superior as outras licenciaturas.

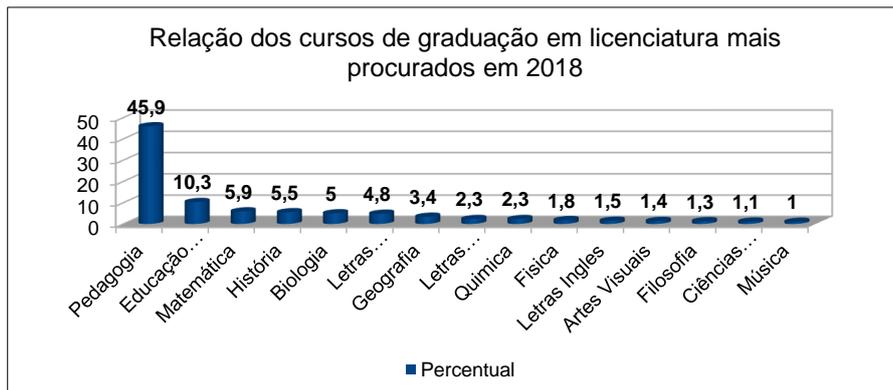
QUADRO 1 – 15 Maiores Cursos de Graduação em Licenciaturas em Números de Matrículas – Brasil 2018

15 maiores cursos de graduação em licenciatura em número de matrículas – Brasil 2018					
Posição	Curso/Cine Brasil	Matrículas	Percentual (%)	Matrículas Acumuladas	Percentual Acumulado (%)
1	Pedagogia	747.511	45,9	747.511	45,9
2	Educação física formação de professor	168.153	10,3	915.664	56,2
3	Matemática formação de professor	96.367	5,9	1.012.031	62,1
4	História formação de professor	89.450	5,5	1.101.481	67,6
5	Biologia formação de professor	80.837	5,0	1.182.318	72,6
6	Letras português formação de professor	78.493	4,8	1.260.811	77,4
7	Geografia formação de professor	55.954	3,4	1.316.765	80,8
8	Letras português inglês formação de professor	38.266	2,3	1.355.031	83,2
9	Química formação de professor	37.881	2,3	1.392.912	85,5
10	Física formação de professor	28.732	1,8	1.421.644	87,3
11	Letras inglês formação de professor	24.118	1,5	1.445.762	88,8
12	Artes visuais formação de professor	22.542	1,4	1.468.304	90,2
13	Filosofia formação de professor	20.522	1,3	1.488.826	91,4
14	Ciências sociais formação de professor	17.545	1,1	1.506.371	92,5
15	Música formação de professor	16.230	1,0	1.522.601	93,5

Fonte MEC/INEP – censo da educação superior, divulgação dos principais resultados (BRASÍLIA, 2018).

No gráfico a seguir podemos observar melhor o quanto o curso em licenciatura em Pedagogia é procurado. Podemos notar que a porcentagem de ingressos no curso de Pedagogia é bem maior, tendo em vista outros cursos de licenciatura.

GRÁFICO 1 – Relação dos Cursos de Licenciaturas mais Procurados em 2018



FONTE Gráfico desenvolvido pelo autor, com base na fonte: MEC/INEP – censo da educação superior, divulgação dos principais resultados (BRASÍLIA, 2018).

Segundo Davok e Bernard (2016), o curso de licenciatura em Pedagogia, além de ter o maior número de alunos ingressos é o curso de licenciatura que tem o menor percentual de evasão.

Os cursos da área de conhecimento de Ciências Humanas registraram uma evasão média de 33,4%. Os menores índices ocorreram no curso de Pedagogia, que apresentou uma evasão média de 12,6% no período avaliado (DAVOK; BERNARD; 2016, p.516).

As pesquisas de Davok e Bernard (2016) trabalharam a evasão no curso de licenciatura em Pedagogia e trazem dados da Universidade Estadual de Alagoas. Ao confrontar com o levantamento dos dados realizados nesta pesquisa encontramos muitos pontos em comum, relacionadas às questões financeiras, trabalho, familiares e a falta de identificação com o curso. Notemos:

Já estudo de Prudente e Barbosa (2010), realizado com alunos do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Alagoas, turma 2007, identificou cinco causas da evasão ocorrida nessa turma: falta de identificação com as metodologias utilizadas pelos professores; o curso não alcançou as suas expectativas e falta de identificação com o curso; problemas com as obrigações com a família e trabalho foram priorizadas; problemas de ordem financeira; e choque de horário do curso com o horário de trabalho (DAVOK; BERNARD; 2016, p.509).

Desta forma, podemos perceber que os motivos da evasão no curso de licenciatura em Pedagogia se assemelham a outros cursos e regiões do nosso país, e as principais causas estão diretamente ligadas às questões socioeconômicas, o que deixam claras as consequências da organização social capitalista.

CAPÍTULO 3 – EVASÃO NO CURSO DE LICENCIATURA DE PEDAGOGIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

3.1 UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

A Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) está localizada na região Centro Sul, no estado do Paraná. A instituição atende 182 cidades em 6 estados, suas atividades se dividem em ensino, pesquisa e extensão. O ingresso ocorre através de vestibulares e processo seletivo seriado (UEPG, 2014).

Na graduação, atende nas modalidades presencial e à distância, com 54 cursos, distribuídos em 41 polos, atendendo 7.238 alunos matriculados nos cursos presenciais e 1.908 alunos matriculados na educação a distância (UEPG, 2014).

A instituição conta com cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, com prestígio nacional e internacional; a UEPG conta com projetos e linhas de pesquisas que abrangem todas as áreas do conhecimento (UEPG, 2014).

3.2 LICENCIATURA EM PEDAGOGIA NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

O curso em Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa é ofertado nos períodos noturno e matutino. A carga horária mínima do curso é de 3.498 mil horas, divididas em disciplinas de Formação Básica Geral, Prática como Componente Curricular, Formação Específica Profissional, Estágio Curricular Supervisionado, Diversificação e Aprofundamento (UEPG, 2018).

O curso de Licenciatura em Pedagogia possui uma formação ampla atingindo vários aspectos fundamentais das relações humanas, assim como suas áreas de atuação também são vastas.

São ofertadas anualmente um total de 120 vagas para o ingresso no curso de Licenciatura em Pedagogia da UEPG, sendo elas 80 no período noturno, e 40 matutino, o curso de Licenciatura em Pedagogia é o que mais oferece vagas nas licenciaturas e está entre os que mais oferecem vagas dentro de toda a instituição (UEPG, 2014).

No levantamento de dados e na procura por informações, dentro das plataformas da UEPG, e em suas repartições físicas, não tivemos êxito em encontrar

dados sobre a evasão nos cursos, evidenciando-se que há uma grande lacuna entre o ingresso e conclusão dos acadêmicos.

Muitos dos dados que enriqueceram o presente trabalho foram retirados de Ana Paula Melo (2018), que realizou uma pesquisa muito rica, levantando dados importantes sobre o acesso e permanência dentro da UEPG.

3.3 ANÁLISE DE DADOS DA PESQUISA

Para tratar a evasão no curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa, adotamos a seguinte organização: o levantamento de contatos de alunos evadidos, através de acadêmicos; em um segundo momento, enviou-se uma mensagem para saber sobre o interesse de participação.

Após as mensagens, recebemos retorno de 15 pessoas dos 20 indivíduos que entramos em contato. Posteriormente, enviamos os questionários com o termo de autoria por e-mail para que fosse respondido; neste segundo momento das 15 pessoas para qual o e-mail foi encaminhado, 10 responderam.

Com base nos 10 questionários respondidos extraímos os dados da nossa pesquisa, as pessoas do gênero feminino estão representadas no trabalho por letras e do gênero masculino por número, como mostra a tabela abaixo:

QUADRO 2 – Perfil Participantes: gênero e faixa etária

PARTICIPANTE	GENERO	IDADE
A	FEMININO	24
B	FEMININO	25
C	FEMININO	21
D	FEMININO	22
E	FEMININO	24
F	FEMININO	30
G	FEMININO	30
H	FEMININO	28
I	FEMININO	36
1	MASCULINO	39

FONTE Quadro desenvolvida pelo autor, com base nos dados coletados no levantamento de dados.

Destacamos que o curso de Licenciatura em Pedagogia é frequentado em sua maioria por pessoas do gênero feminino. Este aspecto está ligado às questões culturais, que associam as práticas de cuidado e orientação de crianças a mulheres.

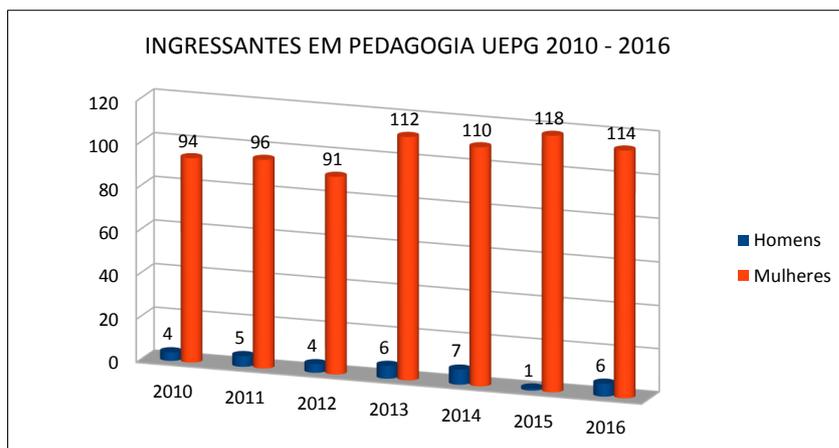
Culturalmente, no Brasil, homens e mulheres recebem uma educação diferenciada, esta educação acaba direcionando quais caminhos cada gênero deve seguir, influenciando em decisões e escolhas, principalmente se referindo ao âmbito profissional (FAGUNDES, 2005).

No caso da preferências das mulheres pelo curso de Pedagogias, objeto deste estudo, acredita-se resultar da incorporação da crença de ser uma profissão adequada à mulher, por diversos motivos. Tem-se por um lado a vocação, construída na dialética entre o que a mulher pensa e o que a sociedade a leva a pensar, constructos associados ao ser mulher, reificados ao longo da história: ser dócil, maternal, paciente, bondosa, cuidadosa, servil. Por outro lado, têm-se associadas, à condição de ser mulher, características como: ter pouco desenvolvimento o raciocínio lógico-abstrato, ser mais conduzida pela emoção do que pela razão, ser acostumada a ceder, a declinar de seus sonhos, desejos, aspirações, vontades, direitos, a se contentar com pouco, a se acomodar (FAGUNDES, 2005, p.45).

Felizmente estes aspectos culturais vêm sendo superados, e estas mulheres frente à educação, não deixam de lutar por seus direitos. Segundo o INEP, 71,3 % das matrículas nos cursos de Licenciatura são de mulheres, e as outras 28,7% são de homens, estes dados atestam a posição de Fagundes apresentada.

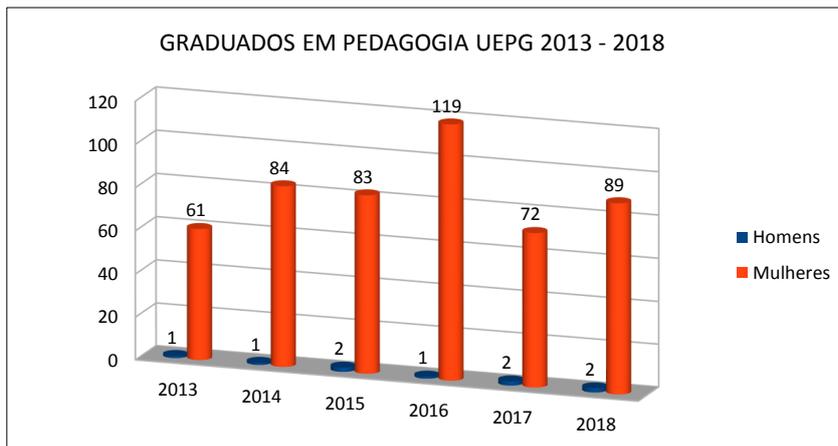
Nos gráficos a seguir podemos observar que o percentual de homens ingressos e concluintes no curso em licenciatura em Pedagogia é muito menor que o de mulheres.

GRÁFICO 2 – Ingressantes em Licenciatura em Pedagogia UEPG 2010-2016



FONTE Gráfico desenvolvido pelo autor, com base em dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PROGRAD-UEPG)

GRÁFICO 3 – Graduados em Licenciatura em Pedagogia UEPG 2013-2018



FONTE Gráfico desenvolvido pelo autor, com base em dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (PROGRAD-UEPG)

Nestes dois gráficos (2 e 3) observamos o número de ingressantes e concluintes no curso de Licenciatura de Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa. O curso tem um período de quatro anos para formação, porém alguns alunos por diversos motivos acabam terminando o curso em um período maior.

Com o auxílio do gráfico observamos que acadêmicos ingressos em 2010 possivelmente concluíram em 2013 e assim, sucessivamente. Porém, estes números oscilam não apenas pela evasão, mas também por alunos concluírem o curso em um período maior, ou ainda por processos de transferências para outras instituições, entre outros motivos.

Outro dado a ser levantado nesta pesquisa se refere ao deslocamento, o que se despende de recursos financeiros e disponibilidade de tempo.

A UEPG atende estudantes das regiões do entorno do município de Ponta Grossa. O gráfico seguinte mostra que 30% destes estudantes evadidos são de municípios vizinhos.

GRÁFICO 4 – Local de Residência de Alunos Evadidos de Licenciatura em Pedagogia, da UEPG



FONTE Gráfico desenvolvido pelo autor, com base nos dados coletados.

Souza e Nunes (2015), e Colvero e Jovino (2014), em suas respectivas pesquisas, sinalizaram o deslocamento do acadêmico como causa da evasão acadêmica. A participante G enfatiza no seu depoimento o deslocamento entre outros aspectos.

O pouco que cursei do curso deu para ver que é muito bom, porém achei que não ia dar conta de tudo, 40 horas de trabalhando e mais 20 horas na universidade, sem contar o tempo de deslocamento para ir e voltar e os fins de semana de leitura e trabalhos e relatórios. Eu me cobrava muito, pois já tinha feito uma faculdade e queria ter feito pedagogia bem feito, não de qualquer jeito, sem contar a família que estava ficando um pouco de lado (Participante G).

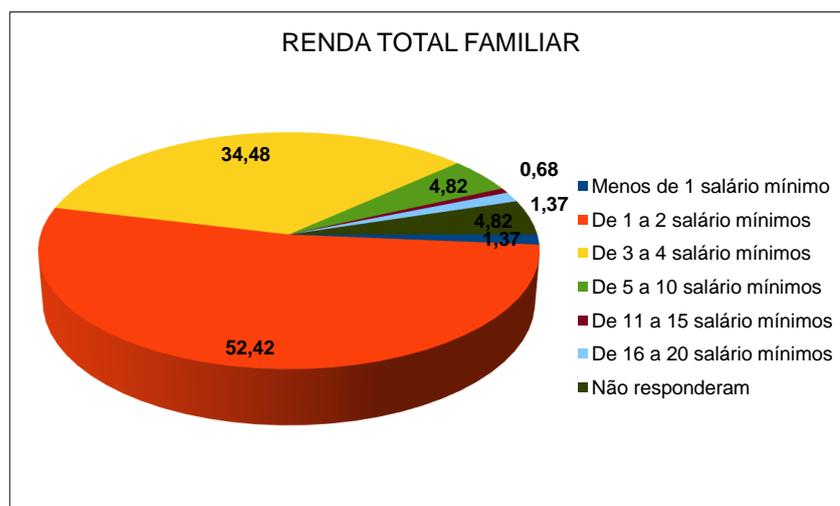
Com tantas jornadas, acaba sendo inviável muitas vezes a permanência no curso, como relatou a participante G. Estas jornadas a que ela estava submetida não é algo isolado, pois estas situações foram detectadas nas outras entrevistas e como aponta Zago (2006):

Não raro, às dificuldades econômicas associam-se outras, relacionadas ao quadro complexo da condição estudante. Há uma luta constante entre o que gostariam de fazer e o que é possível fazer, materializada em uma gama variada de situações: carga horária de trabalho, tempo insuficiente para dar conta das solicitações do curso e outras, de ordem social e cultural, condicionadas pelos baixos recursos financeiros (privar-se de cinema, teatro, espetáculos, eventos científicos, aquisição de livros e revistas etc.) (ZAGO,2006, p.235).

Como já mencionado no capítulo um, as questões socioeconômicas estão diretamente ligadas ao ingresso, permanência e conclusão do curso, pois quem frequenta os cursos de licenciaturas em sua maioria são pessoas oriundas da classe trabalhadora, enfrentando dificuldades financeiras e todo o contexto de sacrifício familiar e pessoal, na busca por uma formação na educação superior.

Para enriquecer esta discussão trouxemos os dados do gráfico abaixo, que foram extraídos de uma pesquisa realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa, com alunos dos quartos anos de todas as licenciaturas que a instituição oferta, estes dados abaixo são dos acadêmicos do quarto ano de Licenciatura em Pedagogia, em uma pesquisa que participaram 145 pessoas (MELO, 2018).

GRÁFICO 5 – Renda Total Familiar de Alunos de Licenciatura em Pedagogia da UEPG



FONTE Gráfico desenvolvido pelo autor com base nos dados de MELO (2018).

Observando os dados temos dimensões das condições socioeconômicas dos acadêmicos de Licenciatura em Pedagogia, conciliando a resposta dos alunos evadidos que tivemos através dos questionários. Percebemos, assim, toda a falta de estrutura social, que tem como consequência a evasão, abaixo o depoimento do participante 1, mostra que ele, por questões financeiras, evadiu-se do curso de Licenciatura em Pedagogia.

O motivo foi por perseguição no meu trabalho eu morava em uma casa que pertencia a prefeitura e desde 2014 a prefeita me enviou ordem extra judicial para eu me retirar da casa e eu fui resistindo até o final do ano, nessa casa eu não pagava água, luz e imposto assim eu tinha dinheiro para custear meu transporte até Ponta Grossa, em 2015 me enviaram ordem judicial para eu sair em 24 horas da casa então não pude continuar o curso pois agora teria gastos com o aluguel (PARTICIPANTE 1).

O curso em Licenciatura em Pedagogia tem uma vasta área de atuação e um rápido direcionamento ao mercado de trabalho (GATTI, 2009), também é um curso que é ofertado no período noturno, o que facilita o acesso e a formação da classe trabalhadora (MELO, 2018). Porém, nem todos conseguem conciliar esta demanda, como no caso das participantes F e E.

Gostava e me dedicava ao curso, mas comecei a trabalhar em período integral, e tive um esgotamento completo, o que ocasionou o trancamento do curso, e também meu pedido de demissão como professora concursada na prefeitura municipal de Ponta Grossa. Tentei retomar o curso algumas vezes, mas não consegui pois tive depressão decorrente dos fatos acima citados. Hoje trabalho como professora concursada na prefeitura municipal de Ipiranga, pensei em retomar o curso, mas decidi que não retomaria por achar não ter capacidade de trabalhar e cumprir com todas as obrigações do curso, sem prejudicar minha saúde (Participante E).

[...]

Alcansei meu esgotamento físico e psicológico tentando conciliar trabalho a vida acadêmica, chegando a ter um princípio de isquemia cardíaca. Foi nesse momento que, sem poder abrir mão do meu trabalho para poder estudar, mais uma vez decidi parar com o curso – Agora definitivamente (Participante F).

As acadêmicas mencionadas anteriormente relatam que o trabalho em consonância com a vida acadêmica pode gerar um série de problemas, desgastes físicos e psicológicos; nos casos acima ocorreu uma soma dos fatores, o que ocasionou na evasão, não vindo a ser um caso isolado, pois esta jornada faz parte do cotidiano do acadêmico trabalhador, como menciona Melo.

Entendemos que, o fato de os licenciandos pertencerem à classe trabalhadora, é determinante no entendimento do perfil desses indivíduos (como explanamos no item anterior), também consideramos que a condição de classe fundamenta a escolha pelo magistério. Justificamos tal afirmação pelo fato de que a escolha da licenciatura assegura a sobrevivência do trabalhador durante a graduação, uma vez que ele pode estudar e trabalhar, sendo que estuda num único período, na maioria dos casos, à noite (MELO, 2018, p.10).

Do total dos participantes da pesquisa, seis pessoas relataram sobrecarga, devido a conciliar trabalho, vida acadêmica, deslocamento entre outras atividades cotidianas; destas seis, duas chegaram ao seu limite vindo a desenvolver sérios problemas de saúde.

A tabela a seguir (3) nos indica outros fatores que ocasionaram a evasão dos acadêmicos do curso de Licenciatura de Pedagogia da UEPG, segundo os autores Baggi e Lopes (2011), Bardagi e Hutz (s/ d.), Silva Filho et. al. (2017), e Davok e Bernard (2016), as causas da evasão na educação superior são diversas e interligadas com uma serie de fatores, de questões individuais a questões sociais, sempre enfatizando que o contexto capitalista não permite a emancipação e autonomia individual.

QUADRO 3 – Motivação Participantes: início e interrupção da licenciatura em Pedagogia na UEPG.

PARTICIPANTE	ANO DE INGRESSO	ANO DE INTERRUPTÃO	MOTIVOS PARA SAIR DO CURSO
A	2015	2018	Motivos pessoais e a falta de empatia dentro da universidade.
B	2011	2012	Não se identificou com o curso.
C	2017	2019	Não consegui conciliar vida familiar, trabalho e universidade, as propostas do curso não condiziam com a realidade de atuação.
D	2017	2018	Sobrecarregada, trabalho, buscou a modalidade a distancia.
E	2014	2016	Sobrecarga e depressão.
F	2010	2011, 2012, 2013 e 2018	Não consegui conciliar vida familiar, trabalho e universidade, sobrecarga e depressão.
G	2016	2016	Não consegui conciliar vida familiar, trabalho e universidade, além de ter que viajar todos os dias.
H	2016	2016	Saúde; sofreu um acidente e fraturou a coluna.
I	2016	2016	Não se identificou com o curso.
1	2014	2015	Falta de recursos financeiros.

FONTE Quadro desenvolvida pelo autor, tendo como base os dados levantados.

A partir do quadro 3 podemos observar outros motivos que acabam levando o sujeito a evasão, no caso dos participantes A, B e I, os acadêmicos evadidos acabaram não se identificando com o curso. Bardagi e Hutz (s/ d.), Baggi e Lopes (2011) e Silva Filho et. al. (2017), enfatizam em suas pesquisas que a evasão não se limita apenas as condições sociais, elas também estão relacionadas com as questões como: a falta de identidade com o curso, escolha errada da possível profissão, desencanto com a universidade, baixo prestígio social do curso escolhido, entre outras.

Como relatam as participantes B e I.

Durante o período do curso de Pedagogia, fui percebendo que não me identificava e não me encaixava no mesmo. Também sentia uma certa dificuldade da inserção no ambiente escolar, já que a maioria das alunas já tinham esse contato pois eram formadas no magistério, e eu no entanto tinha saído do ensino médio e ingressado na universidade sem ter certeza do que havia escolhido (Participante B).

[...]

Desisti porque na verdade fiz o vestibular por influência de amigas que fizeram também e acabei passando, resolvi iniciar para ver se realmente era o que eu queria, porém não me identifiquei com o curso já nos primeiros meses de aula. A ficha caiu quando fizemos visitas às escolas, percebi que não era o local que eu gostaria de trabalhar pelo resto da vida, foi aí que resolvi não ir mais... É uma área de trabalho atrativa pois sempre existem vagas no mercado, confesso que este também foi um dos motivos que resolvi tentar pedagogia porém acho que não compensa todo o esforço se não me sinto feliz no que faço (Participante I).

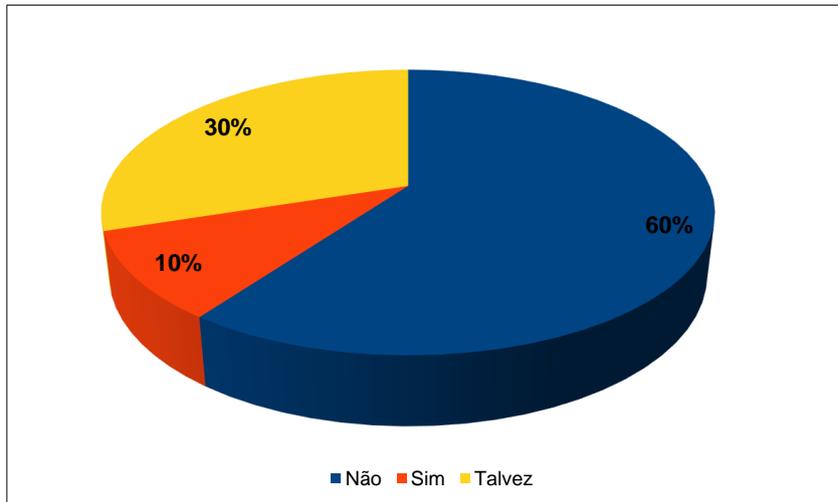
A participante I, em seu depoimento, além de não se identificar com o curso levantou outra questão importante sobre o curso Licenciatura em Pedagogia, o fato de ter uma rápida inserção e uma grande demanda no mercado de trabalho, como já foi discutido no primeiro capítulo (CASTRO; MALACARNE, 2011).

Há um caso específico de uma participante que se evadiu por motivos de saúde, após se envolver em um acidente, acabou ficando muito tempo afastada, e não conseguindo retomar os conteúdos, acabou se evadindo.

Parei o curso porque sofri um acidente e tive que ficar em repouso devido a fraturas na coluna. Estive de atestado por um tempo, porém, por ter perdido muitos dias de aula, decidi parar e talvez voltar em outro momento. No mesmo ano, engravidei e por isso ainda não retornei (Participante H).

No relato acima, a acadêmica H sinalizou seu possível retorno ao curso de Licenciatura em Pedagogia; já os outros participantes não tem como prioridade voltar a frequentar o curso e alguns mencionaram frustração por não obter êxito no momento em que tiveram a oportunidade do acesso à educação superior.

GRÁFICO 6 – Quanto à Pretensão de Retorno ao Curso, de acordo com os pesquisados



FONTE Gráfico desenvolvido pelo autor, tendo como base os dados coletados.

O gráfico 6 nos mostra que apenas 10% dos acadêmicos que participaram da pesquisa pretendem voltar ao curso, outros 30% talvez, e outros 60% não tem interesse algum em voltar a cursar Licenciatura em Pedagogia.

Ao longo do trabalho podemos identificar que a Universidade Estadual de Ponta Grossa, assim como tantas outras instituições de educação superior, não trabalha com políticas contra a evasão, o que poderia colaborar em parte pela permanência de acadêmicos evadidos.

Em sua pesquisa, Melo (2018) destaca esta falta de atendimento estudantil dentro na Universidade Estadual de Ponta Grossa, pois acadêmicos oriundos da classe trabalhadora precisam de um suporte para permanência dentro da instituição, a necessidade de bolsas acadêmicas, auxílios moradia e alimentação, acompanhamento médico e psicológico, atendimentos que venham atender suas respectivas necessidades.

Para a pesquisa, eu e minha orientadora professora Dra. Carina Alves da Silva Darcoletto buscamos dados – junto à Pro-Reitoria de Graduação e ao Colegiado de Curso de Pedagogia – com maiores informações sobre o ingresso, permanência e conclusão dos acadêmicos no curso de Licenciatura de Pedagogia e não tivemos êxito nesta busca, com dados mais esmiuçados.

No colegiado de Pedagogia, os dados repassados não eram compatíveis entre si, nem faziam jus a realidade do curso; na Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD-UEPG) tivemos apenas acesso a uma tabela de Ingressos e concluintes.

Desta forma podemos observar que a evasão tem muito pouca visibilidade dentro da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Se não temos acesso a dados concretos, possivelmente não temos políticas e projetos que venham sanar as questões relacionadas a evasão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação que se propôs fazer nesse trabalho: “por que a evasão de acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG acontece?”, pede algumas discussões que foram aprofundadas ao longo do texto.

A temática, que tem como ponto de partida a própria percepção, enquanto acadêmico do curso do número de pessoas que começam, mas não terminam a graduação, foi motor para o encaminhamento dos tópicos tratados, esperando alcançar o objetivo principal, de compreender os motivos que levam os alunos abandonarem este curso; e ainda, os específicos: a discussão do problema da evasão nos cursos superiores de licenciaturas no Brasil; a identificação do perfil do aluno desistente do curso enfoque; e por fim, a análise dos motivos que levam à desistência, a partir dos perfis traçados.

Os objetivos foram alcançados na medida em que a leitura e reflexão acerca do contexto da educação brasileira, situada no sistema capitalista; da licenciatura de pedagogia; e, mais especificamente do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa formaram a base para a análise desenvolvida no último tópico, que tratou da temática do trabalho, a partir de dez relatos.

A discussão proposta – por meio das reflexões e análises – só é possível de ser realizada levando-se em conta aspectos já abordados no texto, e que merecem sua retomada enquanto sistematização.

A educação brasileira se situa no sistema capitalista; assim são várias intersecções notadas: o debate de classe, que engloba as desigualdades sociais; a força de trabalho (e sua desvalorização, ao se tratar da figura do pedagogo/professor); e a lógica mercantil capitalista. Portanto, o profissional professor torna-se, ele mesmo, mercadoria.

Na formação do licenciado em Pedagogia, fatores como o ingresso no mercado de trabalho, estágios mal remunerados, tanto na rede pública como privada, e a falta de vínculo empregatício são debates presentes desde o primeiro ano da graduação que já apontam dificuldades, e assim apresentam uma situação desfavorável e que não incentiva a continuidade dos estudantes no curso.

Nessa discussão, aponta-se que o próprio ingresso em uma universidade é uma marcação de classe: no Brasil, somente 15,3% da população tem diploma de

ensino superior, e no momento da entrada, os cursos que são ou não acessíveis à classe trabalhadora são indicadas pelo *status* social. Assim como a instituição à que terá acesso. Como discutido no tópico de políticas públicas, há um movimento de fomento a instituições privadas, por meio de FIES e ProUni (que cumpriram seu papel no acesso à Educação Superior privada, e sem garantia de permanência), em detrimento de políticas de acesso e permanência efetivas no Ensino Superior Público.

Ainda localizando a Pedagogia na Universidade, é de se considerar, que o curso é a licenciatura mais procurada hoje, no Brasil. E, sendo assim, por que há evasão?

A evasão, como já apontado na introdução e no capítulo 2, não é realidade somente no Ensino Superior, ela atinge todos os níveis da educação, e mesmo a qualidade do ensino básico do aluno vai refletir em seu desempenho no ensino superior, podendo também ser um fator para a interrupção e abandono de um curso de graduação.

Nos relatos recebidos e analisados, percebeu-se o recorte de gênero: 9 das 10 pessoas que abandonaram o curso eram mulheres, contudo, consideramos que são majoritariamente mulheres que ingressam também na licenciatura em Pedagogia, por questões culturais. Além disso, aproximadamente 30% não moravam no município de Ponta Grossa.

Foram apontados como principais motivos para evasão: sobrecarga (acúmulo de atividades de trabalho, e acadêmicas), e problemas de saúde (mental e física). Outros fatores decisivos na desistência da Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa foram: a jornada de trabalho; a (des)valorização da carreira docente; (a falta de) reconhecimento social; as relações burocráticas desenvolvidas na formação e prática docente; e questões financeiras.

Vale destacar que além do levantamento desses dados, nos propomos a compreender a perspectiva mais ampla da evasão e indicar alternativas: hoje, mesmo no Ensino Superior Público, não há gratuidade, e o trabalhador, além de arcar com os custos de moradia (situação indicada em um dos relatos), vai se preocupar também com gastos vinculados à permanência na Universidade: o transporte intermunicipal, de alunos que não são do município; municipal, daqueles que residem em Ponta Grossa; e ainda alimentação e custeio de manutenção: alimentação no Restaurante Universitário, ou outros espaços; cópias de textos e materiais diversos.

Assim, é preciso que na Educação Básica se proponham projetos de direcionamento profissional, e que esse ensino de base também seja de qualidade. É preciso que políticas públicas de fomento ao ingresso no Ensino Superior Público aconteçam, acompanhadas de propostas de políticas de permanência nas Universidades, compreendendo o perfil de estudantes que estão em situação de vulnerabilidade social e viabilizando a conclusão dos cursos, no caso deste trabalho, a licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

REFERÊNCIAS

- APRILE, M.; BARONE, R.; Educação Superior: políticas públicas para inclusão social. In: Revista **@mbienteeducação**. v. 2. n. 1. São Paulo: 2009.
- BAGGI, C. A. dos S.; LOPES, D. A. **Evasão e avaliação institucional no ensino superior: uma discussão bibliográfica**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v.16, n.2, p.355-374, 2011.
- BESSA, D. Trabalho Docente no Ensino Superior sob o Contexto das Relações Sociais Capitalistas. In: **ANPED**, GT 11, 1979.
- BOURDIEU, PIERRE. **Escritos da Educação**, In: NOGUEIRA, M.A. & CATANI, A. (orgs.). Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASÍLIA. MEC. INEP. Censo da Educação Superior 2017. Divulgação dos Principais Resultados. Distrito Federal: Diretoria de Estatísticas Educacionais – Deed, Setembro de 2018.
Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/setembro-2018-pdf/97041-apresentac-a-o-censo-superior-ultimo/file>
- CASTRO L.P.V ; MALACARNE V. **Evasão escolar: Um estudo nas licenciaturas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná**. Seminário de Pesquisa do PPE, Maringá, 2011.
- COLVERO R.B.; JOVINO D.P. **Evasão acadêmica nas IES do Brasil: uma análise do ano de 2010**. RAES-Revista Argentina de Educacion Superior, Año 06, n. 08, Buenos Aires, Junho 2014.
- CUNHA, Célio. **Magistério diretrizes de valorização e impasses. Cadernos de Educação: Diretrizes para a Carreira e Remuneração**. Brasília, v.14, n. 21, p 145-154, out. 2009.
- DAVOK, D; BERNARD, R; Avaliação dos Índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina. In: **Avaliação**. v. 21. n. 2. Campinas; Sorocaba, 2016.
- FAGUNDES, T. **Mulher e pedagogia: um vínculo re-significado**. Salvador: Helvécia, 2005.
- GATTI, Bernadete A. **O CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA: dilemas e convergências**, EntreVer, Florianópolis, v. 2, n. 3, p. 151-169, jul./dez. 2012
- GISI, M. L. **A educação superior no Brasil e o caráter de desigualdade do acesso e da permanência**. Diálogo Educacional, Curitiba, v.6, n.17, p.97-11, 2006.
- GÓES, C. R.; PEREIRA, C. A. Notas sobre as implicações da noção psicanalítica de sujeito no comunismo de Marx. In: **International Journal of Zizek Studies**. v. 5. n. 1. 2016.

Disponível em:
file:///C:/Users/Dayra%20Wrobel/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/453-935-1-SM%20(1).pdf

IBGE. Agência IBGE Notícias. **PNAD Contínua 2016: 51% da população com 25 anos ou mais do Brasil possuíam no máximo o ensino fundamental completo.** Disponível em:<<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>>. Acessado setembro de 2019.

LOBO, M. B. de C. M. **Panorama da evasão no ensino superior brasileiro: aspectos gerais das causas e soluções.** São Paulo, 2011

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**, 1848. Porto Alegre: L&PM, 2015.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004

_____. **O Capital.** Vol. 2. 3ª edição, São Paulo: Boitempo, 2017.

MELO, A. **Condições sociais para a atratividade, o acesso e a permanência nas licenciaturas da UEPG.** Dissertação apresentada ao Mestrado em Educação, da Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: De onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora Senac, 2001.

OLIVEIRA et. al. **Democratização do Acesso e Inclusão na Educação Superior no Brasil.** 2013.

Disponível em: <http://flacso.redelivre.org.br/files/2013/03/1105.pdf>
Acesso em: 03 de Outubro de 2019.

OLIVEIRA, J; BITTAR, M; LEMOS, J. Ensino Superior no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade. In: **Políticas Educacionais: cenários e projetos sociais**, v. 19, n. 40. Cuiabá, 2010.

SOUSA L.P.; NUNES C. **Evasão no ensino superior: o caso do curso de Pedagogia da Universidade Federal de Ouro Preto.** EDUCERE – XII Congresso nacional da educação, Curitiba, 2015.

SILVA FILHO R.B.; ARAUJO R. M. L. **Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências.** Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017

SILVA FILHO R.L.L.; MOTEJUNAS P.R.; HIPÓLITO O.; LOBO M.B.CM **Evasão no**

ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p.641-659. set./dez. 2007

TONET, Ivo. **Educação contra o capital.** 2 ed. São Paulo, 2012.

Universidade Estadual de Ponta Grossa. **Catálogo de cursos**, Ponta Grossa, 2019. Disponível em . <https://www.uepg.br/catalogo/cursos/2019/pedagogo.pdf>. Acesso em 06 de Outubro de 2019.

_____. **Relatório de Gestão Universidade Estadual de Ponta Grossa**, Ponta Grossa, 2019. Disponível em https://proplan.sites.uepg.br/wpcontent/uploads/2018/05/Numeros_UEPG_2014.pdf. Acesso em 05 de Outubro de 2019.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. In: **Revista Brasileira de Educação**. v. 11. n. 32. 2006.

APÉNDICE A



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA – UEPG

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Questionário referente à pesquisa intitulada “*Evasão no curso de Pedagogia*”.

Prezado(a)s Aluno(a)s, solicitamos sua colaboração no sentido de responder às questões que se seguem com a maior clareza e sinceridade possível, pois a partir das respostas desse questionário teremos os dados que serão analisados nessa pesquisa.

Nome: _____

Agradecemos pela sua colaboração!

Acadêmico: Pedro Vitor Delfino

Professora Orientadora: Dra. Carina Alves da Silva Darcoletto

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) participante:

Eu, Pedro Vitor Delfino, estudante do 4º ano do curso de **Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)**, estou realizando uma pesquisa, sob orientação da professora Drª Carina Alves da Silva Darcoletto, cujo tema se refere *“Evasão no curso de Pedagogia”*. Essa pesquisa surgiu do interesse e preocupação em compreender o porque da evasão dos estudantes do curso de Pedagogia e qual os motivos desta evasão universitária.

De modo a contribuir para o desenvolvimento desse estudo, peço a sua colaboração. Sua participação se refere a responder um questionário, que será aplicado em local de comum acordo, para posterior transcrição e análise dos dados. A participação nesse estudo é voluntária e caso você decida não participar ou queira desistir de continuar, em qualquer momento, tem total liberdade de fazê-lo. No caso de publicação dos resultados dessa pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a). O pesquisador responsável assume o compromisso de proporcionar informação atualizada obtida durante o estudo, ainda que esta possa afetar a vontade do indivíduo em continuar participando. Sua participação contribuirá para a compreensão da questão estudada e para a produção de conhecimento científico na área de educação, especificamente no que diz respeito a evasão no curso de Pedagogia.

Eu _____, portador (a) do RG nº _____, declaro ter sido informado (a) e concordo com a minha participação voluntária no projeto de pesquisa acima mencionado. Declaro também ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelo pesquisador responsável e pela sua orientadora, através dos telefones (42) 999238527 e (42) 999369238 e/ou no Endereço: Praça Santos Andrade, n. 1, Bloco B, Departamento de Educação – UEPG - Ponta Grossa/PR.

Agradeço pela sua colaboração.

Ponta Grossa, _____ de _____ de 2019.

Assinatura e RG do(a) participante

Assinatura e RG do estudante/pesquisador

Nome _____

Idade _____

Sexo. F () M ()

Local _____ onde reside _____

Ano que ingressou no curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Estadual de Ponta Grossa _____

Quando interrompeu o curso _____

Você pretende voltar. Sim () Não () Talvez ()

Por quais motivos você interrompeu o curso de Licenciatura em Pedagogia?

